

**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

**imprensa@sintrajusc.org.br**  
**www.sintrajusc.org.br**

Produção: Gilberto Motta (MTb 957/SC)  
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)  
Tiragem: 800 exemplares

Nº 1071

# PCS: pressão passa por emendas ao Orçamento

**O SINTRAJUSC fará Assembleia no dia 23, quarta-feira, às 16 horas, na rampa do TRT, data que coincide com mais uma atividade do calendário de luta em defesa da aprovação do PCS e contra o congelamento salarial, previsto no PLP 549/09 (veja no verso).**

A Fenajufe fará atividades de pressão no Congresso Nacional, acompanhando as Sessões da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e da Comissão Mista de Orçamento.

Os contatos com os parlamentares, em especial com os líderes de partido da base aliada do governo, devem se intensificar nos próximos dias, que serão cruciais para a tramitação do PCS. Os trabalhos do Legislativo já estão se encerrando. Portanto, o grande desafio para a categoria no momento é aumentar as pressões sobre as instituições envolvidas na questão orçamentária e com poderes para interferir diretamente nas negociações para o fechamento de um acordo.

Nesse final de jogo, o Judiciário e MPU precisam se impor para restabelecer sua autonomia e independência, que vem sendo sistematicamente atacada, com flagrante desmoralização e enfraquecimento do Poder. Isso vem dificultando as negociações e a definição da aprovação dos projetos que revisam os PCSs: "Para tanto, cobramos que o ministro Peluso receba até o próximo dia 23/11 representação da Fenajufe e do Comando Nacional de Greve, para informar pessoalmente das providências

que tem levado a efeito, visando superar a intransigência da presidente Dilma, bem como para apontar que outras providências encaminhará, como a definição do julgamento das medidas judiciais que buscam recompor o orçamento original do Poder Judiciário e que encontram-se pendentes de apreciação na Corte que ele preside", ressalta o Comando Nacional de Greve.

## EMENDAS PARA GARANTIR A REVISÃO SALARIAL

Diretores da Fenajufe e representantes de Sindicatos de base estão articulando a apresentação de emendas de comissão à proposta de Lei Orçamentária de 2012. O objetivo dos dirigentes sindicais é garantir que deputados e senadores das Comissões de Constituição e Justiça das duas Casas (Câmara e Senado) apresentem as emendas dentro do prazo estabelecido pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se encerra no dia 23 (veja no verso).

Após a apresentação, as emendas serão distribuídas aos 10 relatores setoriais, cujos pareceres serão votados até 7 de dezembro.

A proposta apresentada pela Fenajufe prevê a implementação do PCS em quatro parcelas e pede a inclusão dos valores para o pagamento de duas parcelas em 2012, sendo uma em janeiro e a outra em julho. *Fonte: Fenajufe com informações do SINTRAJUSC*

**23/11 - Assembleia, às 16h, no TRT**

## Garotinho é relator do PLP do congelamento salarial

O deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) será o relator do PLP549/2009, que dispõe sobre limites às despesas com pessoal e encargos sociais da União e com obras, instalações e projetos de construção de novas sedes, ampliações ou reformas da Administração Pública.

O projeto limita o aumento da despesa com pessoal, no período entre 2010 e 2019, à reposição da inflação, mais dois e meio por cento ou a taxa de crescimento do PIB, o que for menor. **Na prática, caso seja aprovado, imporá o congelamento salarial para o funcionalismo público de todas as esferas.**

Atualmente, a União pode gastar com pessoal até 50% da receita líquida corrente (2,5% para o Legislativo, inclusive TCU; 6% para o Judiciário; 0,6% para o MPU; 3% para DF e ex-territórios e 37,9% para o Poder Executivo).

O poder ou órgão que exceder os novos limites, seja com reestruturação, contratação ou mesmo com a nova despesa com previdência complementar, ficará impedido de:

- a] criar cargos, empregos ou funções;
- b] alterar a estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- c] fazer o provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvado educação, saúde e segurança;
- d] conceder vantagens, aumento, reajuste ou adequações de remuneração a qualquer título, salvo sentença judiciário ou revisão geral;
- e] contratar hora extra.

O projeto não considera, portanto, o crescimento do país, que necessitará de novos servidores, especialmente nas áreas de regulação e fiscalização. Após apreciação na CCJC, a proposição seguirá ao plenário da Câmara dos Deputados.

*Fonte: Agência Diap*

## Orçamento: novo calendário de tramitação no Congresso

A Comissão Mista de Orçamento divulgou o novo calendário de tramitação da proposta orçamentária para 2012. Até o dia 23 haverá a entrega das emendas parlamentares (individuais, de comissões e das bancadas estaduais). Após a apresentação, as emendas serão distribuídas aos 10 relatores setoriais, cujos pareceres serão votados até 7 de dezembro.

Pelos cálculos da comissão, o parecer final do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) ao projeto será votado no dia 19 de dezembro no colegiado e no dia 20 no plenário do Congresso. Os trabalhos legislativos enceraram-se no dia 22 de dezembro, de acordo com a Constituição.

*Fonte: Câmara dos Deputados*

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLÉIA GERAL, no dia 23 de novembro do ano de 2011, quarta-feira, às 16 horas, na rampa do TRT, na Capital, com os seguintes pontos de pauta:

- a) Informes;
- b) Mobilização pelo PCS;
- c) Liberação do Fundo de Mobilização e Luta;
- d) Deliberação sobre a Gratificação Judiciária.

Florianópolis, 17 de novembro de 2011  
**Coordenação Geral do SINTRAJUSC**

● A Comissão de Viação e Transportes analisará, na Sessão Ordinária do dia 23, o PL 6.971/06, de autoria do deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL), que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "Institui o Código de Trânsito Brasileiro", para garantir livre estacionamento e parada aos veículos de Oficiais de Justiça em diligência". A matéria tem como relator na CVT o deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP), que proferiu parecer pela aprovação. Esta matéria já foi pautada várias vezes, mas a apreciação foi adiada

por causa da ausência do relator nas Sessões. *Fonte: Alexandre Marques - Assessor Parlamentar*

● Ninguém discorda de que é fundamental a boa prestação jurisdicional, mas a lógica que ronda os Tribunais está fazendo isso cada vez mais à custa da saúde dos servidores e juizes. Resolução Administrativa do TRT, de 7 de novembro, estabelece novas metas relacionadas ao resíduo de processos, e tudo será anotadinho em planilha. Que tal planilha para LER e estresse?